



SEÇÃO:

“*Não há sol sem sombras*”: virtudes, impasses e limitações na pesquisa documental sobre a infância e sua educação em Portugal

“There is no sun without shadows”: virtues, impasses and limitations in documentary research on childhood and its education in Portugal

“No hay sol sin sombras”: virtudes, impases y limitaciones en la investigación documental sobre la infancia y su educación en Portugal

Manuela Ferreira¹

orcid.org/0000-0003-4512-1669
manuela@fpce.up.pt

Cristina Rocha¹

orcid.org/0000-0001-7595-8676
crocha@fpce.up.pt

Recebido em: 26/6/2020.

Aprovado em: 6/11/2020.

Publicado em: 8/3/2021.

Resumo: A visibilidade da infância nas sociedades ocidentais contemporâneas, igualmente sentida nas Ciências Sociais e, em particular, na pesquisa em educação, expressa-se numa crescente área de estudos dedicada à Educação da Infância, em que se sublinha a importância das pesquisas documentais para esclarecer e divulgar o “estado da arte” ou o “estado do conhecimento” produzido. Neste texto, as mudanças no pensamento e nas práticas relativas à infância e sua educação foram escrutinadas em fontes documentais como a produção acadêmica (dissertações de mestrado e teses de doutoramento), e num acervo documental relativo à imprensa de educação e ensino. Cada uma dessas fontes fornece subsídios valiosos para a observação do estado do conhecimento. Acresce a exploração das estatísticas sobre as crianças como fonte documental, para apreender o léxico com que elas são referenciadas na observação estatística, e que extravasou para outros campos. Em conformidade, ao apresentarem um conjunto de pesquisas documentais em fontes que permitem identificar o “estado da arte” e as reflexões suscitadas, as autoras regressam a trabalhos por elas realizados acerca das crianças, da infância e da sua educação em Portugal, propondo-se: i) apresentar as diversas fontes observadas e debater as suas virtudes, impasses e limitações nesta modalidade de pesquisa; ii) interrogar o critério de busca – idade; e iii) explorar o repertório de designações encontradas para classificar e ordenar a diversidade das crianças e suas condições biossociais na infância, contribuindo assim para a (re)construção social da infância e da educação das crianças.

Palavras-chave: infância; educação, estado da arte, fontes documentais, idade e designações das crianças.

Abstract: The visibility of childhood in contemporary Western societies, also felt in the Social Sciences and, in particular, in education research, is expressed in a growing area of studies dedicated to Childhood Education, which underlines the importance of documentary research to clarify and disseminate the “state of the art” or the “state of knowledge” produced. In this text, changes in thinking and practices regarding childhood and their education were scrutinized in documentary sources such as academic production (master’s dissertations and doctoral theses), and in a documentary collection on the education and teaching press. Each of these sources provides valuable insights for observing the state of knowledge. In addition, the exploration of statistics on children as a documentary source, in order to grasp the lexicon with which they are referenced in statistical observation, and which went beyond to other fields. Accordingly, by presenting a set of documentary research in sources that allow the identification of the “state of the art” and the reflections raised, the authors return to their work on children, childhood and their education in Portugal, proposing: i) to present the various sources observed and discuss their virtues, impasses and limitations in this research modality; ii) to interrogate the search criteria - age -; iii) to explore



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Porto (FPCEUP), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal.

the repertoire of designations found to classify and order the diversity of children and their biosocial conditions in childhood, thus contributing to the social (re) construction of childhood and children's education.

Keywords: childhood, education, state of art, documentary sources, age and designations of children.

Resumen: La visibilidad de la infancia en las sociedades occidentales contemporáneas, igualmente sentida en las Ciencias Sociales y, en particular, en la investigación en Educación, se expresa en un área de estudio creciente dedicada a la educación de la infancia, que subraya la importancia de la investigación documental para aclarar y difundir el "estado del arte" o el "estado del conocimiento" producido. En este texto, los cambios en el pensamiento y las prácticas relacionadas con la infancia y su educación se analizaron en fuentes documentales como la producción académica (disertaciones de maestría y tesis doctorales), y en una colección documental relacionada con la prensa educativa y pedagógica. Cada una de estas fuentes proporciona información valiosa para observar el estado del conocimiento. Además, la exploración de estadísticas sobre niños como fuente documental, con el fin de comprender el léxico con el que se hace referencia en la observación estadística, y que fue más allá de otros campos. En consecuencia, al presentar un conjunto de investigaciones documentales en fuentes que permiten identificar el "estado del arte" y las reflexiones planteadas, los autores vuelven a su trabajo sobre los niños, la infancia y su educación en Portugal, proponiendo: i) presentar las diversas fuentes observadas y discutir sus virtudes, impases y limitaciones en esta modalidad de investigación; ii) interrogar los criterios de búsqueda - edad; iii) explorar el repertorio de designaciones encontradas para clasificar y ordenar la diversidad de los niños y sus condiciones biosociales en la infancia, contribuyendo así a la (re) construcción social de la infancia y la educación infantil.

Palabras clave: infancia, educación, estado del arte, fuentes documentales, edad y designaciones de niños.

A importância da produção do "estado da arte" no estudo da infância e sua educação

A consolidação dos Estudos da Infância no campo das Ciências Sociais tem vindo a constituir-se numa crescente delimitação de uma área específica de estudos que se dedicam, entre outros, à infância e sua educação nos mais diversos contextos, assim como à Educação da Infância, que ocorre em instituições socioeducativas a ela destinadas como creches, jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico. Qualquer uma dessas áreas específicas reclama agora a necessidade e a pertinência de um diálogo disciplinar para apreender e compreender a complexidade dos processos de socialização, nomeadamente os educativos, que envolvem e em que participam as

crianças pequenas (Ferreira & Rocha, 2012; 2015; 2016; Rocha, 1999; Rocha et al., 2016).

A visibilidade científica dos estudos da Educação da Infância, que eclode na transição do século XX para o século XXI, compreende-se, para o contexto mundial, numa configuração socio-histórica e política paradoxal. Por um lado, intensificam-se os processos de institucionalização educativa da infância nas sociedades ocidentais contemporâneas, incluindo a pequena infância, assim como o seu carácter compensatório (Rocha, 1999; Rocha et al., 2016; Garnier, 2016; Ferreira & Tomás, 2017, 2018), mas é afirmado o reconhecimento da criança como sujeito de direitos próprios, acentuando-se esta visão nas políticas e nas recomendações internacionais a seu respeito (UNICEF, 2018; CEU - Eurochild, 2019). Por outro lado, a pobreza das crianças e os riscos associados ao seu desenvolvimento não deixam de ser manifestos, e são agravados com práticas culturais e contextos, como os de guerra, que impedem a própria noção de criança "tal como ela deveria ser" (Becchi & Julia, 1998, p. 7) – crianças noivas, crianças soldado, crianças refugiadas, crianças de rua, mortalidade infantil, trabalho forçado infantil, abuso sexual infantil etc. –, a que se juntam outras condições infantis que parecem convergir para "o desaparecimento da infância" (Postman, 1994), como a erotização e a pedofiliação das crianças (Felipe & Prestes, 2012). A esta pluralidade dos modos sociais de ser criança, acresce ainda a visibilidade que sobre ela é produzida pelas agências internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde (OMS), pelas Organizações Não Governamentais (ONG), pelos observatórios governamentais e pelos estudos produzidos, nomeadamente, no âmbito académico, entre outros.

A abundância destes trabalhos, e a rapidez dos processos de difusão do conhecimento, conduziram, nos últimos 15 anos, a pesquisas que têm por objetivo o estabelecimento do "estado da arte" ou "estado do conhecimento" (Ferreira, 2002; Rocha, 1999, 2002). Referimo-nos a pesquisas de caráter documental, entendendo que esses documen-

tos, podem ser de natureza diversa – arquivos; registros estatísticos, registros de procedimentos oficiais e, ainda, imagens (Silverman, 1993) –, constituindo produtos sociais partilhados e usados de modos socialmente organizados e muito variados, e entendendo que aquelas pesquisas têm em comum os objetivos de: i) fazer a identificação e o levantamento de fontes primárias e secundárias, diversas, como sejam documentos académicos (teses de doutoramento, dissertações de mestrado) e publicações em periódicos, comunicações publicadas em atas de congressos e de seminários; ii) proceder à sua organização, considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (Ferreira, 2002; Romanowski & Ens, 2006); iii) analisar e discutir o conhecimento; que perspectivas teóricas foram ou estão a ser mobilizadas ou desafiadas; que dimensões têm vindo a ser privilegiadas em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas designações, neste caso das crianças, da infância e da sua educação; e de iv) proceder à sua difusão e divulgação científica e social. Em suma, poder-se-ia dizer que os estudos do "estado da arte", enquanto modalidade da pesquisa documental, permitem, num arco temporal definido, sistematizar as diversas e as dispersas contribuições de um determinado campo de conhecimento, "indicando possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições" (Soares 1982 citado em Ferreira, 2002, p. 259), reconhecer os principais resultados da investigação, identificar as temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como as lacunas e os campos inexplorados abertos à pesquisa futura (Ferreira, 2002; Romanowski & Ens, 2006; Ferreira & Rocha, 2012; 2015; Rocha & Ferreira, 2008). O trabalho de fazer pesquisa documental é, então, muito mais do que simplesmente coletar dados e, uma vez que "os documentos não se sustentam" (Atkinson & Coffey, 1997, p. 55) por si sós, importa que sejam estudados como produtos socialmente situados, em função de determinadas finalidades

e, portanto, construindo determinadas versões da realidade. Do mesmo modo, porque, frequentemente, muitas das fontes documentais usadas na pesquisa documental, na sua génese e existência, visaram outros fins que não necessariamente os do(a) pesquisador(a) atual, importa que os documentos sejam teoricamente contextualizados num dado quadro de referência para que os seus conteúdos e significados possam ser compreendidos e tornados produtivos.

Ora, o trabalho de construir, em *rewind*, um olhar panorâmico do "estado do conhecimento" acerca da infância é, também, um trabalho que contribui para "memória futura" pois possibilita reconstruir uma memória da educação, da infância e da educação da infância. Um tal trabalho afigura-se central para o campo da educação pois sendo pluridisciplinar na sua natureza carece de, nas palavras de Charlot (2006)

uma memória suficiente, [sendo que isso] freia o progresso da pesquisa em educação [dado que] refazemos continuamente as mesmas teses, as mesmas dissertações, sem sabermos o que foi produzido anteriormente (...) esquecemos dos debates que aconteceram em décadas anteriores, em proveito dos autores "da moda" [tornando-se] urgente constituir um arquivo coletivo da pesquisa em educação e definir uma ou várias frentes da pesquisa. (pp. 17-18)

Neste sentido, as reflexões suscitadas em torno dos temas problematizados, das dimensões observadas e descritas e suas classificações e designações, na sua presença, ausência ou continuidades ao longo do tempo, são igualmente contributos relevantes para observar a produção de um léxico particular na conceituação da infância e sua educação.

Reportadas a essas considerações acerca da importância das pesquisas documentais em fontes escritas, com vista a identificar o "estado da arte" e a suscitar reflexões que as integram num quadro socio-histórico mais amplo acerca do conhecimento produzido acerca da infância e sua educação, as autoras regressam, neste texto, a trabalhos já realizados por elas e que comungavam dessas mesmas preocupações. Propõem-se então a: i) num primeiro momento, apresentar as fontes observadas e a debater as

potencialidades heurísticas, impasses e limitações nessa modalidade de pesquisa; ii) num segundo momento, interrogar o critério de busca – idade; e iii) explorar o repertório de designações encontradas para classificar e ordenar a diversidade das crianças e suas condições biossociais na infância, contribuindo assim para a reconstrução social da infância e da educação das crianças.

As fontes documentais escritas no estudo da infância e sua educação

Embora o uso de fontes documentais possa não ser a opção mais habitual no campo dos Estudos da Infância, a pesquisa documental não é nova. Tal como para outras categorias sociais minoritárias, as fontes documentais escritas (e as não escritas) são um recurso valioso no estudo sobre as crianças e a infância, desde logo porque as crianças, nomeadamente nas mais *tenras idades*, apesar da sua expressiva multivocalidade, foram e são, inevitavelmente, descritas e ditas pelos adultos investigadores que produzem conhecimentos acerca delas.

Nas sociedades reiteradamente assentes em processos de escrituração e de leitura (Goody, 1987; Chartier, 1990), a escrita e a leitura vêm progressivamente a ocupar a transmissão oral e a formalizar e a descontextualizar a comunicação humana. Associada ao chamado pensamento letrado, aumentado na sua produção e na difusão pela disseminação da aprendizagem dos processos de escrituração e pela invenção da imprensa, a escrita foi e é um dos suportes materiais mais importantes na emergência, formalização, difusão e consolidação de um pensamento específico acerca das crianças. Primeiramente de carácter moral, nomeadamente acerca da sua educação, sob a forma de tratados, por exemplo, e, posteriormente, de carácter científico (medicina, psicologia) e jurídico, os processos de observação e de descrição da realidade infantil e a sua inscrição em textos escritos, perenes, são constituintes da sua construção como categoria geracional específica e conducentes a determinadas concepções de criança tendencialmente universais (Burman, 1994; Turmel, 2008). Ariès (1960) encontra nos

escritos dos pais (adultos letrados), acerca da morte das suas crianças, registos escritos associados ao sofrimento da perda, um indicador de que o sentimento da infância estava a mudar, e que a indiferença emocional em relação à morte estaria a ceder à emergência de um sofrimento e inconformismo, denotativos da expressão do afeto pela criança e do processo de individuação desta, em curso. Karl Marx (1818-1883) também fez uso extensivo de fontes documentais e outros relatórios oficiais – Relatórios de Sua Majestade Inspectores de Fábricas feitos entre 1841 e 1867, do Medical Officer do Privy Council, ou relatórios sobre o emprego de crianças em fábricas (Ahmed, 2010) –; todos eles cruciais para denunciar as brutais condições de trabalho em que se realizava a exploração intensiva do trabalho infantil das famílias operárias e para suscitar uma consciência social cujas reivindicações em prol da proteção e da educação das crianças informaram as concepções da criança trabalhadora do século XIX e da criança-aluno no início do século XX (Hendrick, 1997). Mais recentemente, também as pesquisas de André Turmel (2008) em torno de uma História Sociológica da Infância se socorrem de fontes escritas e visuais – inquéritos, relatórios, gráficos, quadros e tabelas – decorrentes da investigação científica sistemática das crianças iniciada por físicos e higienistas do final do século XIX na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, e a que se seguiram as dos pediatras, psicólogos e pedagogos. A análise daquelas diversas fontes permite mostrar como, com as suas classificações, regularidades numéricas e tabulações, aqueles profissionais contribuíram para produzir um desenvolvimento sequencial que, a par do raciocínio estatístico, informaram a noção de “normal” e conduziram à reconfiguração da infância moderna. Sendo um dos seus maiores efeitos a construção social da “criança normal”, Turmel (2008) procura mostrar como daí resulta uma forma de padronização pela qual observamos, monitoramos, controlamos e avaliamos as crianças na família e na escola, por exemplo, e, também, uma cultura centrada na criança que se tornou apanágio das sociedades ocidentais.

Como se depreende, as fontes escritas acerca da infância são importantes, e podem ser de diversas e de diversa natureza como já se mencionou. Essa sua diversidade está contemplada neste texto. Há *fontes oficiais*, como *as estatísticas*, pois são emitidas por um aparelho administrativo de uma autoridade pública, nesse caso, o Estado. Os documentos que se inserem nessa categoria são instituintes por natureza, "refletindo o olhar que em determinado contexto socialmente definido, a sociedade tem sobre si própria" e constituindo "uma das fontes de observação utilizadas pelos cientistas sociais" (Bacelar, 1996, p. 1-2).²

Nas *fontes escritas não oficiais* inclui-se a imprensa. Aqui se incluem também *as revistas* e *as publicações periódicas*, e essas podem ser de ordem geral ou especializadas. Neste texto, constituem-se fontes documentais, revistas especializadas e jornais, designados, no geral, por *imprensa educativa*. São fontes que

Devido à sua periodicidade mais lenta, a revista (ou publicação periódica) permite a difusão de textos mais elaborados que podem alcançar um certo distanciamento em relação aos acontecimentos e que podem proporcionar uma reflexão mais fundamental. Por outro lado, (...) graças a regularidade da sua publicação, a revista também se insere na própria corrente das novas ideias, das tendências recentes, das últimas descobertas, e é muito frequente os pontos de vista, tanto políticos e sociais como científicos, surgirem nela antes de serem expostos em livro. (Albarelo, L. et al, 1997, p. 24)

Neste sentido, o pensamento educativo acerca da criança e o seu debate pelos especialistas da infância e da educação, ou seja, a cientificação da educação, nas palavras de Correia (1998), é constitutiva da própria institucionalização da infância moderna. O saber pedagógico, nas suas articulações várias com outros atores e saberes periciais oriundos da medicina e psicologia, fundamentalmente, torna-se mais complexo, e participa, também, da afirmação social e política dos profissionais da infância por excelência: as(os) educadoras(es) de infância e as(os) profes-

ras(es) (Rocha & Ferreira, 1994; Ferreira, 2001).

Nessa categoria documental também se inclui a *produção académica* sobre as crianças e a infância. A particularidade dessa fonte face às demais é que nela as crianças podem ser ditas por si próprias se os procedimentos de recolha de dados assim o considerarem. Em áreas científicas permeáveis às assunções da sociologia da infância, a ação social da criança e a sua autonomia concetual podem ser consideradas teórica e metodologicamente, sendo a sua voz captada no processo de problematização e de interpretação e compreensão desencadeados pelas pesquisas. Esta outra forma de fazer ciência, não sobre as crianças, mas com elas, é também denotativa da conceção de infância em curso na contemporaneidade, a criança como ator social (Ferreira & Rocha, 2012, 2016). Por conseguinte, a mobilização de cada uma destas fontes para conhecer a infância e a sua educação permite uma apropriação particular e a obtenção de "respostas" parcelares, mas, até certo ponto, interdependentes e complementares, passíveis de responderem a perguntas fundamentais: de que modos contribuem para a construção da categoria infância enquanto categoria biossocial distintiva e universal, mas internamente diferenciada? Quais as dimensões através das quais a infância ou as infâncias, ganham visibilidade social, particularmente no campo da educação?

Acerca da natureza das fontes documentais em análise

A reflexão acerca das virtudes, impasses e limitações metodológicos na pesquisa documental das crianças, da infância e da sua educação em Portugal, realizada pelas autoras, implicou a análise de documentos escritos, mas recenseados em três fontes documentais diferentes e relativos a diferentes temporalidades.

Fontes estatísticas de âmbito nacional. Produzidas no decurso do período que medeia

² Relembre-se que Émile Durkheim (1858-1917), um dos fundadores da Sociologia, no seu estudo sobre "O suicídio" (1897) fez uso extensivo de informações estatísticas oficiais considerando a afiliação religiosa, raça, faixa etária, género, estado civil, classe, posição económica e ocupação, sendo considerado o primeiro exemplo moderno de um uso consistente e organizado da pesquisa social (Ahamed, 2010).

entre os anos de 1875-1925;³ período em que se assiste à constituição definitiva do observatório estatístico nacional, nos campos da demografia,⁴ da assistência,⁵ da justiça, essencial no processo de construção de um estado-nação moderno e republicano e em que se assiste às primeiras formulações de política sociais e de justiça para a infância e à criação de instituições de proteção para as crianças e para as mães das famílias pobres (Vasconcelos, 2005).

"Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino". Coordenado por Nóvoa (1993), abrangendo o período de 1818-1989. Esse Repertório Analítico é composto por um total de 530 títulos de periódicos (jornais e revistas), com fichas de análise que descrevem as principais características, o objetivo e o conteúdo do periódico, produzidas por diversos grupos sociais nacionais (pedagogos, psicólogos, políticos, médicos, filantropos) e referentes a todo o país, num período em que se assiste à emergência da infância como problema social e educativo, das instituições e profissões para a infância e sua educação; às primeiras formulações de política educativa para as crianças.

Produção Acadêmica, relativa a dissertações de Mestrado e teses de Doutorado apresentadas nas Universidades Portuguesas entre 1995-2005, que constam na Base de Dados da Biblioteca Nacional e que permitiram constituir um *corpus* analítico geral, com um total de 1274 títulos, e, posteriormente, um *corpus* específico com um total de 147 títulos. Essa produção acadêmica reporta-se a um período da pesquisa em Portugal em que se dá a expansão do ensino superior e da oferta de formação dos graus acadêmicos pós-graduados, em que a permeabilidade à infância e à educação como referentes analíticos privilegiados mais se faz sentir, e em que as perspectivas trazidas pelo novo paradigma da infância também se começam a fazer sentir (Ferreira & Rocha, 2016).

A natureza diferenciada dessas fontes documentais obriga a recuar à sua gênese e aos contextos socio-históricos da sua produção para considerar que, enquanto as *Estatísticas Nacionais* e a *Imprensa Educativa* se constituíram, no âmbito da investigação, como fontes privilegiadas para a *recolha de dados empíricos* sobre as crianças e a infância, contribuindo assim para se compreender os processos de construção social da infância em Portugal, nas realidades e condições infantis privilegiadas nessa observação e nos modos produziram um léxico particular para classificar e descrever a diversidade das crianças, já o recurso à *Produção Acadêmica* como fonte, tinha a particularidade de responder a esse e a outro desígnio inerente à investigação: a identificação e o conhecimento prévio do estado da arte.

Assim, o recurso a fontes como as *Estatísticas* e a *Imprensa Pedagógica* permite: i) identificar os principais critérios usados para descrever e classificar as crianças e as respectivas nomenclaturas; ii) observar e avaliar continuidades, mudanças ou desaparecimentos no uso dessas designação ao longo de um dado tempo e a emergência de outras, novas; iii) identificar as áreas disciplinares que tomam as crianças e infância como objetos de estudo e as suas problemáticas; iv) perceber os principais observadores; v) questionar a presença e a ausência de determinadas realidades das crianças/infância; e vi) obter dados relevantes do contexto de influência e do ambiente socioeducativo e político.

Por seu lado, a *Produção acadêmica* permite: i) colmatar a necessidade de sistematizar e dar a conhecer os saberes que têm sido produzidos nas universidades, atendendo à sua intensidade e diversidade segundo as várias áreas do saber acadêmico; ii) identificar quais as zonas geográficas, temas e problematizações de maior incidência da pesquisa e as de menor investimento científico; iii) identificar a construção plural de objetos científicos segundo várias matrizes disciplinares e metodologias para os objetos criança,

³ Incidiu sobre os *Anuários Estatísticos de Portugal* 1875, 1892, 1900, 1903, 1904/1905, 1912/1916, 1917, 1921, 1925

⁴ A categoria *Demografia* corresponde, nos *Anuários Estatísticos*, aos dados relativos aos movimentos gerais da população (ex.: nascimentos, óbitos, estado civil etc.).

⁵ A categoria *Assistência* engloba, nos *Anuários Estatísticos*, os sistemas de proteção social instituídos até 1975, compreendendo a Beneficência, a Assistência Social e a Saúde Pública.

infância e educação; iv) difundir posteriormente o conhecimento obtido, sob a forma de resenhas bibliográficas facilitadoras de leituras orientadas segundo a cronologia, campos disciplinares, problemáticas, metodologias, resultados de pesquisa e bibliografias, entre outros. Por outras palavras, o acesso a uma sistematização documental desta natureza proporciona aos investigadores uma visibilidade maior do estado do conhecimento acerca da infância e, com isso, permite antecipar o desenho no campo das investigações pertinentes.

Pode, então, dizer-se que a pesquisa de fontes documentais escritas no estudo da infância representa um trabalho incalculável de atenção e de minúcia para respigar, reunir e sistematizar conhecimento disperso e, muitas vezes, não publicado ou já esquecido, mas de vital importância para a sua divulgação e disseminação social, ou seja, para a transferência do conhecimento. De vital importância, também, para a indagação do estado do conhecimento e, com isso, trazendo aportes à história social das crianças, da infância e de sua educação e à (des)construção da normatividade produzida acerca delas.

Assinaladas algumas das virtudes da pesquisa de fontes documentais escritas, em seguida dedicaremos particular atenção a explorar a opacidade e alguns dos impasses e limitações experimentados em pesquisas documentais por nós realizadas relativas à infância e à sua educação, especialmente quando um dos critérios considerados relevantes foi a categoria idade.

Pesquisa em fontes documentais escritas – lidar com os impasses e limitações metodológicos

Não obstante, a evidência social e intelectualmente construída em torno da infância e das crianças na contemporaneidade, o recurso à pesquisa documental escrita não é isento de impasses, dúvidas e dilemas, muitos deles não previstos inicialmente. Tais situações, sendo igualmente constitutivas da pesquisa, colocam o pesquisador frente a si mesmo, e aos documentos e foco da pesquisa, obrigando-o a ter de lidar com tais contingências e imprevistos, a tomar decisões e acionar estratégias,

a ponderar ética e criticamente acerca delas e das suas consequências. Por outras palavras, os problemas metodológicos que se geram nas práticas de pesquisa suscitam a reflexividade em torno da construção teórica e metodológica que preside à escolha dos critérios de busca usados, e em torno dos pressupostos teóricos em que assentam.

Identificado como um dos problemas centrais da pesquisa documental, um dos mais comuns e recorrente, o da deteção das crianças nas fontes por relação com o uso do critério *idade*, procuramos agora dar conta dos modos como lidámos com os impasses e as limitações metodológicas nas diversas fontes que mobilizámos nas nossas pesquisas.

A idade das crianças e da infância como critério de deteção, seleção e classificação nas fontes documentais

Nas estatísticas nacionais: Demografia, Assistência E Justiça (Portugal, 1875-1925). Na pesquisa em que nos socorremos do uso de fontes documentais como as *estatísticas* para compreender a construção social da infância, ao percorrermos os campos da *Demografia*, *Assistência E Justiça* de forma a detetar onde é que, em cada um deles, se encontravam referências explícitas às crianças por via dos recortes etários e/ou das nomenclaturas por que eram designadas, verificámos que, conforme os campos, as referências explícitas às idades das crianças divergiam. Pela natureza dos fenómenos inerentes aos próprios campos, variava o retrato das crianças porque variava a capacidade dos observadores de as retratarem.

Assim, enquanto nos campos da *Demografia* e da *Assistência* se observava um recorte etário muito minucioso, em outros, como a *Justiça*, o processo é inverso, ou seja, as idades agregavam-se em grandes categorias. No caso da *Demografia* e da *Assistência*, a desagregação das idades é tal que pode ir do dia, ao mês, ao ano. Ao mesmo tempo assinala-se a instabilidade desse recorte no aparelho estatístico, dado o problema de não estarem estabilizados os critérios etários de classificação e de organização da informação relativos aos registos de ocorrência

dos fenômenos ou de não se subentenderem outros critérios de registo da informação dos fenômenos a não ser a casuística da sua própria ocorrência. Esse problema só é atenuado, por exemplo, no campo da *Demografia*, a partir de 1917, quando a observação estatística adota um recorte de idades agregado e estabilizado de 5 em 5 anos. No entanto, se essa agregação permite uma leitura rápida e regular do fenômeno, ele perde em densidade descritiva. Assim, se um investigador com o olhar do presente procurar interrogar as estatísticas desse período segundo o recorte de idades que lhe é familiar, ver-se-á confrontado com a necessidade de proceder a agregações de dados a fim de construir uma inteligibilidade acerca dos fenômenos que presidem à observação estatística acerca das crianças. Se esta operação é possível quando os dados estão desagregados, na situação inversa, quando estão agregados, o investigador fica irremediavelmente condicionado às idades tornadas visíveis e condenado ao exercício da inferência e da imaginação sociológica relativamente a algumas idades deixadas na sombra, invisíveis.

Já no campo da *Justiça*, a lógica de organização começa inicialmente por desenhar-se segundo um grande recorte – maiores e menores de 20 anos. Deste modo, para o período em análise, 1875-1925, o problema irresolúvel foi o de captar as crianças, e o de as captar nas suas várias idades. Aquando da criação da justiça de menores, em 1911, as estatísticas da Justiça passam a dar conta do seu universo oferecendo uma outra visibilidade ao objeto judicial "menor", mediante recortes mais finos, com início nos sete anos, e que vêm a manter alguma estabilidade no tempo. Em todo o caso, fica claro que os grupos de idade, tal como a estatística da *Justiça* os constituiu têm a virtualidade de nos fazer compreender que são produto de um trabalho de construção estatística que, no caso concreto, acompanhou a diferenciação interna do sistema de justiça.

Em Portugal, as informações veiculadas em fontes documentais como as estatísticas nacionais revelam a questão social que à época se colocava, o paradigma da ciência dominante em

que se inscrevia o conhecimento pericial em curso, a mentalidade e a sensibilidade adultas acerca das crianças e da infância que se afirmavam no âmbito da transição do século XIX para o século XX. Apesar da sua formalização matemática, as estatísticas oficiais não se tratam, portanto, de artefactos independentes da realidade sócio-histórica em que foram produzidas.

Na Imprensa Educativa (Portugal, 1880-1940).

No caso da *imprensa educativa*, o critério idade e o recorte específico a que se referia estavam previamente definidos pela pesquisa em causa – crianças com idades entre os três e seis anos enquanto objeto de intervenção dos profissionais da educação pré-escolar e os saberes requeridos por essa intervenção. Em conformidade com o tipo particular da fonte de que se socorreu (Nóvoa, 1993), a *análise dos índices remissivos* (cronológicos, temáticos, por autor) constituiu-se num primeiro procedimento para detetar quais as revistas em que havia referência explícita àquelas idades. Ora este foi o primeiro problema encontrado: as referidas idades, até cerca de 1910, estão praticamente ausentes. Isso significa que a pesquisa apenas com base nesse critério, poderia levar-nos a considerar que as crianças daquelas idades não constituíam um objeto educativo suficientemente relevante para aquela época, já que o grande volume de informação se reportava privilegiadamente às idades escolares, dos sete aos 10/12 anos.

Perante este panorama da imprensa educativa, para localizar as crianças das idades pré-escolares (três e seis anos) foi então necessário seguir outras pistas que as permitissem detetar. Na mesma fonte, exploraram-se então disciplinas e contextos relacionados a elas, de modo mais direto (psicologia e pedagogia da infância, instituições de educação infantil e outras) ou indiretamente (assistência social, educação feminina e outras). Essa estratégia revelou-se mais adequada, mas mais trabalhosa e morosa, já que implicou a leitura integral de cada uma das referências bibliográficas a fim de aferir a efetividade da presença daquele recorte específico de idade e as problemáticas associadas.

Em seguida, novos problemas se colocaram em relação à ambiguidade inerente a determinadas problemáticas e suas designações. A título de exemplo, atente-se à designação *ensino das primeiras letras* que, remetendo para a escolarização das crianças, ora iluminava as idades escolares, e ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, balizados nos sete anos de idade e seguintes; ora denunciava e criticava os malefícios da sua precocidade em crianças de menores idades. Nesse caso, e na confrontação com a escassez ou quase ausência de referências que diretamente se referiam às idades procuradas (três a seis anos), mantivemos como estratégia de pesquisa a observação das mesmas fontes, mas agora alargando o perímetro de referências – palavras-chave – para captar outras informações e ampliar o leque profissional dos autores dos textos publicados – os médicos, especialmente os pediatras. A informação agora encontrada reforçava a importância das idades escolares, dos sete anos em diante, e as problemáticas associadas à medicina escolar, mas dava igualmente a conhecer um novo recorte de idades em que os dois a três anos se começavam a destacar pela sua autonomia funcional (elevada autonomia de mobilidade, progressivo domínio da linguagem oral) e pela percepção adulta do seu potencial educativo – essa descoberta levou à pesquisa inopinada de outras fontes documentais adjacentes produzidas no campo da medicina e à identificação de um discurso médico preocupado com as crianças de idades entre os zero e os três anos.

As estratégias que se foram (re)configurando durante a pesquisa, ora em função dos problemas, ora das pistas encontradas, não invalidam considerar que a ausência de informação em determinada fonte acerca de um determinado objeto de estudo – neste caso as crianças de idades entre os três e os seis anos, não desencadeie e possa vir a constituir-se, em si, matéria de indagação da investigação inicial. A pergunta que então passou a fazer-se foi: onde estão as crianças dos três a seis anos e qual o significado social e educativo de tal ausência? (Ferreira, 2000)

Na produção académica nacional (Portugal, 1995-2005). No caso da *produção académica* das universidades, em que se procurava fazer um "estado da arte" das pesquisas acerca das crianças, da infância e da sua educação de âmbito nacional, a observação do recorte etário dos zero aos 10 anos foi assumida previamente. Considerando que a primeira visibilidade dessas fontes é dada pelo seu título, o problema com que nos deparámos de imediato, foi o de que a indicação da idade das crianças a que se reportavam as investigações não constava da maior parte dos títulos. Acresceram, ainda, outros problemas do tipo: dificuldades em detetar o recorte etário das idades das crianças em análise quer nas palavras-chave quer em resumos.

Como se depreende, estas sucessivas triagens em busca das informações pretendidas resultaram do diálogo possível com a fonte através do seu título, admitindo-se que houvesse dissertações e teses que, respeitando às crianças dos zero aos 10 anos, e tendo por problemática a educação e/ou a infância, não tivessem sido identificadas por via desses procedimentos.

Por outro lado, fomos também confrontadas com informações que, respeitando a crianças dos zero aos 10 anos, extravasavam a sua relação com o campo da educação – por exemplo, em produções académicas realizadas nos campos da *Medicina, Desporto* ou da *Linguística, Engenharia, Arquitetura, Economia e Gestão* etc. Neste caso, e tendo em conta os objetivos da pesquisa, foi necessário aplicar critérios de exclusão aquando a constituição do *corpus* específico de análise.

Nas produções académicas que, à partida, se enquadravam nos objetivos da pesquisa, a leitura dos resumos e a vaga referência ao universo dos sujeitos abrangidos, por exemplo, do tipo, "uma turma do 4.º ano de escolaridade", suscitou algumas dúvidas. Se, em muitos casos, para o esclarecimento dessas dúvidas bastou a leitura da caracterização das crianças da tal turma do 4.º ano apresentada no capítulo da metodologia das dissertações ou teses; em outros, a constatação de que essas turmas incluíam algumas crianças com mais de 10 anos gerou novos impasses. Que

decisão tomar nesse caso? Respeitar o critério idade tal como foi definido e aplicá-lo liminarmente, excluindo essas produções acadêmicas? Ou relativizá-lo em função de uma compreensão devidamente contextualizada? Se no primeiro caso, a aplicação cega do critério idade excluía da pesquisa a existência de crianças que, eventualmente, tinham sofrido retenções no seu processo de escolaridade, já no segundo caso, essa identificação de crianças com insucesso escolar permitiu ainda perceber que, por vezes, algumas delas pertenciam a determinadas etnias e, por conseguinte, reconsiderar a sua inclusão no *corpus* de análise. Tratava-se de uma opção não isenta de consequências metodológicas e éticas já que se apenas parcialmente respeitava o critério definido, ao mesmo tempo também tinha a vantagem de expor uma condição da criança-aluno e da criança-aluno-cigano, que de outro modo teria ficado invisível. Essa invisibilidade teria colocado na sombra, ocultando, os processos de seleção e de reprodução social que operam no interior da sala de aula e da escola. Nestes casos, a opção final foi a de incluir estas produções no *corpus* de análise.

Os vários exemplos relativos aos problemas metodológicos que se geram nas práticas de pesquisa quando se usou como critério de referência a *idade* mencionada nos vários tipos de documentos, mostram como se trata de um indicador que "ora ilumina", trazendo luz para certas idades, ora "produz uma sombra", gerando a invisibilidade de determinados grupos de idade na infância. Com efeito, sendo os documentos produzidos por atores socialmente localizados, eles devem ser apreendidos como apropriações seletivas e parciais acerca da infância e sua educação, incitando o(a) pesquisador(a) a uma reflexividade crítica acerca das fontes.

A idade das crianças e da infância: um critério credível e confiável? Enquanto categoria conceitual, a idade, cujo étimo latino "*aetas*", "*-atis*" remete para "duração da vida, tempo, época, geração",⁶ procura traduzir, em termos cronológicos, a sequencialidade, a duração e a irreversibilidade

do tempo que assiste à vida humana, desde o nascimento à morte. Assim sendo, na consideração do ser humano como um ser vivo que apresenta um devir em processo, e na necessidade de apreender e dar sentido a essa realidade, classificando a sua diversidade, as chamadas "fases da vida" constituem um modo possível de categorização do curso da sua existência, sendo usual que a infância corresponda à primeira fase, a que decorre do nascimento. Com efeito,

a existência, [e] a vida humana aparecem numa primeira abordagem como um percurso fisiológico de crescimento, depois de decréscimo compreendido entre a concepção (...) e a morte. (...) submetido a uma segmentação linguística e cultural. (Darraut-Harris & Fontanille, 2008, p. 1)

Essas categorizações, enquanto formas de leitura do tempo do organismo humano existentes em todas as culturas, são observadas pelos historiadores, nomeadamente Ariès (1960), quando se interroga acerca da emergência do sentimento de infância. Ou seja, de uma sensibilidade adulta atenta às especificidades das crianças e disposta a respeitá-las, e que irá definir os critérios socialmente distintivos para instituir uma diferença entre os conceitos de crianças e de adultos. Essa explicitação, mediante a atribuição de diferentes papéis e expectativas acerca das experiências de crianças e de adultos, está na base de uma série de concepções de criança e de adultez. Ora, esta ideia de infância como período distinto da idade adulta, com suas particularidades, os seus espaços e atividades, seus hábitos e comportamentos determinados, só pode ser compreendido como resultado de transformações na esfera familiar e da distinção entre os espaços público e privado, que culminaram em novas relações de intimidade e privacidade na família, bem como na esfera pública, com a emergência e a consolidação da escola obrigatória associada à escola de massas e a progressiva retirada das crianças do mundo do trabalho. De acordo com Harven (1995 citado em Silva, 2008, p. 156)

⁶ In Dicionário Priberan, on-line.

até o início do século XIX fatores demográficos, sociais e culturais combinavam-se de tal modo que as sociedades pré-industriais não procediam à separação nítida ou a especializações funcionais para cada idade. A diversidade de idades entre as crianças de uma mesma família, a ausência da regulamentação de um tempo específico para o trabalho e a coabitação de famílias extensas são apenas alguns dos fatores que, em conjunto, não favoreciam a fragmentação do curso da vida em etapas determinadas.

Será preciso aguardar pelo XIX para observar a progressiva emergência de diferenciações etárias, de especialização de funções e de espaços, atividades e relações associados a cada grupo de idade. A formalização do fracionamento do curso da vida em períodos mais formais, as transições mais rígidas e uniformes entre diferentes idades e a sua cada vez mais clara separação espacial vêm a contribuir para que no século XX se registasse a estabilização de categorias etárias e a sua maior uniformidade interna. A este processo de institucionalização das etapas e idades de vida não é alheia a institucionalização socioeducativa da infância moderna, a que se sucedeu a adolescência e a juventude, nem o papel que aí jogou a produção de saberes periciais no campo da medicina e da psicologia do desenvolvimento (Ferreira & Rocha, 1994; Ferreira, 2000; Huerre, 2000; Turmel, 2008).

Com efeito, não sendo a *idade* uma categoria conceptual especificamente reportada às crianças, assume, por relação a elas, um significado particular pela forma como, através dela, a infância foi sendo configurada pelo conhecimento científico produzido pelo mundo adulto. Isso significa, antes de mais, que tanto as estatísticas quanto as ciências médicas e psicológicas, enquanto conhecimentos produzidos acerca da mesma realidade social – a crianças –, se integram no programa mais vasto da ciência moderna – nomotética, técnica, objetiva e universal – e das suas aspirações em fornecer bases teóricas e empíricas sólidas, capazes de se tornarem as referências em que assentam os debates e a tomada de decisões em outros espaços sociais. A definição e a adoção de indicadores e critérios comuns para a recolha de dados bem como de procedimentos metodológicos para o seu tratamento uniforme; a sua submissão a cálculos e

modelos matemáticos pautados na quantificação para assegurar critérios de objetividade, rigor, fiabilidade e validação da informação; a sua replicação para fundamentarem a sua generalização, constituem expressões centrais de um trabalho de racionalização científica da realidade social e do uso de "indicadores robustos – sexo e idade –, com implicações concretas no caso da infância. Como já referido por Rocha e Ferreira (2000; 2016) na sociedade ocidental, o processo de construção social da infância ou da criança, ao abstrair da imensa heterogeneidade biossocial das crianças concretas – **género, idades, etnia, classe social** – permitiu classificá-las e ordená-las segundo uma contabilização indexada a uma sequência temporal que se inicia e é assinalada com o seu nascimento e que, atualizada anualmente, proporciona sínteses da realidade social mais facilmente apreensíveis em termos de idades e níveis etários. Daí que, a *idade* se torne um critério classificatório e um modo de codificação da realidade infantil capaz de introduzir distinções amplas entre gerações – *adultos e crianças* –, ou cada vez mais refinadas, internamente, entre grupos de idades que traduzem uma série de identidades coletivas ordenadas, desde os/as recém-nascidos/as, aos/às jovens (*idem*). É esta representação tendencialmente universal da infância que vem a ter a sua expressão mais acabada na Convenção dos Direitos da Criança (1989).

Pode assim dizer-se que nem a conceptualização da infância como categoria estrutural unitária, nem a idade, usada frequentemente como "indicador robusto", correspondem a dados naturais e culturalmente universais. Desse ângulo, e no contexto de uma cultura científica que se entende em processo e se pretende reflexiva e crítica, abre-se uma brecha que instiga os(as) pesquisadores(as) ao questionamento do conhecimento estabelecido e das múltiplas traduções que processam e interpõem entre a observação da realidade, a sua descrição e a sua representação (James, 2007), e ao esforço e à sensibilidade para passarem a incluir outras possibilidades de descreverem a realidade social das crianças e da infância, porventura mais

subjetivas, mas mais informadas empiricamente pelos entendimentos e competências em ação manifestos pelos próprios atores. Ou seja, enfatizando a construção de um outro conhecimento acerca da infância, mais embasado pelas ações levadas a cabo pelas crianças, pelo que fazem, dizem e sentem em contexto, mais aberto à inclusão de indicadores subjetivos de bem-estar das crianças (Ferreira & Sarmiento, 2008) o que daquilo que é suposto fazerem e dizerem em função da padronização de idades cronológicas calculadas com base em unidades de tempo mensuráveis a que são reportadas determinadas qualidades substantivas, normalizadas e normalizadoras.

Contributos da pesquisa documental para o estudo da infância e sua educação – as designações

Quando agora se procura compreender as relações que se tecem entre as particularidades das fontes documentais e as classificações e codificações que produziram para apreender, descrever e inscrever a diversidade das crianças e as condições biossociais da infância, torna-se possível apreender uma diversidade de designações com que são reportadas, iluminando umas e deixando outras na sombra, mas todas elas participando na (re)construção sócio-histórica da infância e da sua educação em Portugal.

Assim sendo, nas *estatísticas nacionais (Portugal, 1875-1925)* era preocupação central localizar as crianças, *i.e.*, indivíduos dos zero aos 20 anos – para nelas identificar e analisar o *recorte das frações etárias* com que foram sendo aferidas e classificadas, e as *designações* que lhes foram sendo atribuídas nos campos referidos da *Demografia, Assistência, Educação e Justiça*. Na *Demografia* encontra-se a entrada e a saída da vida das crianças expressa em categorias como "recém-nascidos", "nados vivos", "nascidos mortos", "mortos recém-nascidos", "fetos mortos", e recobrando temporalidades que vão desde um dia, a semanas. Já na *Assistência*, a observação estatística regista, entre outras, um conjunto de designações que expõem socialmente a vulnerabilidade inerente e estrutural das criança: os "ex-

postos", as "crianças abandonadas"; as "crianças desvalidas", as "crianças desamparadas", evidenciando o uso de critérios de classificação relativos à origem social das famílias dessas crianças e a condições de vidas pautadas por incapacidade ou extrema dificuldade para a sua provisão e guarda devidas à pobreza, negligência ou indigência, e a que são associadas, também, as designações os "órfãos", os "filhos de pais incógnitos", e a distinção entre os "filhos legítimos" e os "filhos ilegítimos", expressão de critérios referenciados à concepção e nascimento associado à conjugalidade parental ou à sua ausência. Identificam-se, ainda, outras designações que visam diferenciar e classificar as crianças segundo "anomalias" físicas explicitadas como "cegos de um olho ou dos dois"; os "surdos mudos"; os "idiotas" e "alienados", que denotam a presença de critérios biossociais e psicológicos por referência a um dado padrão de normalidade.

Também na *Educação*, a observação estatística discrimina as crianças como "analfabetos" e, como alunos que, na condição de aprendizes, "sabem ler", "sabem ler e escrever"; "sabem ler, escrever e contar" e os que "têm exame da instrução primária", dando conta dos diferentes níveis de escolarização preconizados na educação elementar das crianças e dos seus diferentes posicionamentos em função da sua aquisição de conhecimentos. Na *Justiça*, estão registados os "infratores" que recobrem um naipe de designações em que se destaca a consideração das crianças enquanto especificidade própria e não mais um pequeno adultos em que se distinguem os "menores de idade" e "menores de 7 anos" dos "reclusos menores" e dos "menores punidos com penas correccionais", e em que os critérios e as causas sócio-psicomorais inerentes a designações como "vadios"; "mendigos"; "desobedientes"; "incorrigíveis" que estão na origem da sua detenção supõem agora a sua reinserção social e reeducação segundo metodologias mais correccionais e pedagógicas do que punitivas.

Por seu turno, as fontes documentais da *Imprensa Educativa (Portugal, 1880-1940)*, referenciáveis a um determinado contexto social e ideológico e a determinados grupos socioprofissionais,

desempenharam um importante papel enquanto espaço intelectual, de difusão e de debate de ideias, correntes, figuras, opiniões e experiências, mas também de influência, denúncia e crítica social acerca da realidade infantil. Os diversos discursos produzidos, oferecem-se, pois como fontes privilegiadas para observar a construção de uma cientificidade psicopedagógica em torno da infância e da proliferação de designações acerca das crianças. As "criancinhas", "pequenininhos", "crianças pequenas", "crianças de tenra idade", "crianças", enquanto adjetivações variadas do tempo da vida de todos nós, em que após o nascimento se desenrola a nossa existência, supõem, por si sós, um código de leitura do processo orgânico em curso em que noções de grandeza e de maturação sublinham o seu diminuto tamanho e consistência mole e delicada, representando as idades mais vulneráveis também. A produção destas inúmeras designações para apreender a condição biossocial de crianças pequenas e muito pequenas, faz parte do vasto léxico com que a infância, como *idade da vida*, vai ser apreendida e categorizada na sua especificidade face a outras idades, e na sua diferenciação interna ao longo do tempo. Neste sentido, encontra-se no discurso médico, que é divulgado na imprensa pedagógica, um conjunto de designações que remetem léxico específico da Medicina e da Obstetria, em que a fase pré-natal e os seus diferentes estádios diferentes temporalidades pré-natais são reportados: "período de formação intrauterina", "evolução intrauterina", "período embrionário", "período fetal", "embrião". O mesmo acontece, depois, em relação a um léxico informado pela Pediatria em que se sucedem as designações de "recém-nascido" e as associadas a determinadas facetas essenciais à sua sobrevivência física ou "período da criação", como sejam a condição de "lactante", o momento do "desmame" com a passagem de uma alimentação essencialmente líquida à progressiva ingestão de uma variedade de alimentos sólidos, e em que as mudanças associadas ao momento da "dentição" assumem

um papel importante. A gravidade de que se reveste a "mortalidade infantil" das "crianças nos primeiros três anos" de vida definem essa idade como um marco crucial na infância, expressando a sua robustez e resistência física, essenciais na constituição de um corpo saudável. A partir daí, a atenção dos médicos concentra-se nas sucessivas aprendizagens biossociais que as crianças apresentam, com particular destaque para a sua autonomia funcional, motora e comunicacional, "criança que anda (2-3 anos)", "criança de 3 anos", "criança que fala". A importância da "educação física das crianças", que vem a complementar-se com a ênfase na "educação moral da criança", define, por volta dos sete anos, a "idade da razão", que coincide com a entrada na escolaridade obrigatória. A partir de então, tornam-se recorrentes, no discurso psicopedagógico veiculado na imprensa pedagógica, as designações de "educandos", "alunos", que assim coparticipam na instituição do novo ofício das crianças – as crianças como alunas (Ferreira, 2000; Rocha & Ferreira, 2008).

Por fim, as fontes documentais que integram a análise da *produção académica* recente das universidades públicas portuguesas (1995-2005), tinha por objetivo sistematizar e divulgar os saberes ali produzidos acerca das crianças e sua educação (zero a 10 anos) segundo os vários campos disciplinares e as áreas de incidência da pesquisa. Tratou-se de radiografar o estado da arte em Portugal, relativo à investigação da infância e sua educação identificando: i) a construção de objetos científicos e metodologias privilegiadas; e ii) as conceções de infância, de criança e de educação que nesse campo têm sido mobilizadas. Nesta produção académica, e atendendo à pluralidade das áreas científicas,⁷ a variação das designações encontradas diferenciam as crianças segundo o prisma da observação que adotam, nomeadamente, por referência i) ao ciclo vital – o "embrião", o "feto", o "recém-nascido", o "bebê", a "criança" etc.; ii) ao desenvolvimento humano – "motor", "psicológico", "afetivo", "moral" etc.; e iii) ao laço familiar – "filho", "irmão", "neto". No

⁷ Referimo-nos a seis áreas científicas: Ciências Sociais, Humanidades, Ciências da Saúde, Ciências Tecnológicas, Ciências Naturais e Ciências Físicas (Ferreira & Rocha, 2016).

que respeita ao campo específico da educação prevalece a referência às crianças na condição de alunos, tendo sido identificado um conjunto de designações como – “alunos”; “alunas”; “aluno do pré-escolar”, “aluno do 1º ciclo”.

Por relação com as instituições destinadas à educação da infância, das creches a Jardins de Infância e escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, tornadas contextos de vida das crianças e uma “forma estatisticamente normal de estar[em] na nossa sociedade” (Sacristan, 2003/2005, p. 13), a pesquisa revela um conjunto de designações que sublinham critérios relativos à heterogeneidade das crianças que a frequentam, associadas à nacionalidade/etnia – “crianças brancas portuguesas”; “crianças de origem cigana”, “crianças africanas”, “crianças cabo-verdianas”; à experiências institucional – “crianças veteranas”, “crianças novatas”; à sua condição biopsicológica e de saúde – “crianças asmáticas”, “crianças surdas”, “crianças hiperativas”, “crianças com sida”, “crianças autistas”, “crianças sobredotadas”, “crianças deficientes”, “crianças NEE”; à sua proteção social e origem geográfica – as “crianças institucionalizadas”, “crianças negligenciadas”, “crianças pobres”, “crianças rurais”; ao seu comportamento e desempenho escolar – “crianças com dificuldades de aprendizagem”; “aluno bem comportado”; “aluno indisciplinado”, “aluno responsável”, “aluno autónomo”; “aluno participativo”; “crianças bilingues” (Ferreira & Rocha, 2016).

A identificação dessas designações permitiu dar conta de um conjunto de condições da infância que, na sombra da designação genérica de “alunos”, tiveram a virtude de desvelar e trazer à luz um conjunto de dimensões negligenciadas ou escondidas do ofício das crianças como crianças e como alunas pré-escolares e escolares. A desnaturalização da suposta linearidade atribuída à infância dentro do campo da Educação da Infância contemporânea⁸ aponta assim para a necessidade de se reconceitualizar e contextualizar as crianças na sua diversidade e desigualdade, muito particularmente. As designações educativas, os am-

bientes de aprendizagem e as áreas de saber que participam agora da educação escolar desalojam a conceção tradicional de aluno aprendente dos saberes e fazeres básicos – ler, escrever e contar –, estando em curso outra mais complexa segundo a qual o/a aluno/a deverá desenvolver e mostrar-se na mobilização de outras qualidades – espírito experimental, ecologicamente responsável, digital expertise e poliglota –, vistas como essenciais no desempenho de competências assentes num património de conhecimento que antecipa também o perfil do futuro cidadão adulto num mundo globalizado e competitivo. Tal complexidade deixa ainda de sobreaviso em relação à necessidade de se compreenderem esses fenómenos à luz dos efeitos das agendas políticas nacional, europeia e internacional no campo científico nacional (Garnier, 2016; Ferreira & Tomas, 2016, 2017).

Pode assim dizer-se que a produção de designações da realidade infantil, à semelhança do uso do critério idade, deve sempre ser compreendida no âmbito de um enquadramento mais amplo e complexo em que o conhecimento científico é visto como sendo permeável à influência de fatores económicos, sociais e políticos, e às configurações que resultam de tais interdependências às escalas locais, nacionais ou globalizada.

Considerações finais

Qualquer projeto de pesquisa que tenha como ponto de partida a realização do “estado da arte” ou “estado do conhecimento” acerca da temática em causa, faculta que o(a) pesquisador(a) seja capaz de formular perguntas originais e pertinentes, de construir uma problemática teoricamente informada e conceitualmente atual na qual referenciar, perspetivar e reinterpretar a análise dos dados de modo a gerar novos conhecimentos. Isso significa que quando se realiza uma pesquisa documental, e muito em particular no âmbito dos estudos do “estado da arte”, há que decidir, em função da interrogação a perseguir, acerca das fontes a explorar e mapear, e sua confiabilidade, acerca do seu recorte temporal e espacial e sua relevância. Essas

⁸ Ao usarmos essa designação estamos a considerar o período que baliza entre os zero e os nove aos 10 anos, incluindo, portanto, a educação em contextos socioeducativos, como a creche, o Jardim de Infância e as escolas do 1º ciclo do ensino básico.

escolhas, perante o leque de opções possíveis, são essenciais para a compreensão das concepções e práticas presentes em determinados contextos sociais, políticos, económicos, culturais etc., e poderão afetar a pesquisa e os seus resultados em termos da amplitude e da densidade em que incidirá o estudo ou a exploração de uma dada fonte documental. Acrescem, ainda, algumas outras preocupações prévias que devem ser consideradas, relativas aos modos como são identificadas as fontes, os critérios de busca e de seleção a usar, ou a sua exaustividade, como aconteceu com o caso do critério idade, nas análises documentais a que fizemos referência.

E, no entanto, apesar de todos esses cuidados teórico-metodológico e de uma atitude ética avisada, é no momento em que o(a) investigador(a) se dedica, finalmente, às práticas para lidar com esse modo de pesquisa, que muito se joga em termos do conhecimento que será produzido e seus contributos. Ou seja, não há nenhum *design* de pesquisa, por muito elaborado que se encontre, que seja capaz de antever o seu curso, o processo em ação, e as eventuais vicissitudes e problemas que possam acontecer e as estratégias para os minimizar. Ora, não existindo um método de pesquisa documental claro definido, acresce que é, precisamente, acerca desse processo de tomadas de decisão que muito pouco se sabe porque escasseiam textos em que os(as) pesquisadores(as) se debruçam com igual labor a descrever os procedimentos inerentes ao seu próprio trabalho de pesquisar, e, ainda menos, a interrogá-las, sobretudo quando se trata de retirar da sombra os impasses e as limitações metodológicas com que, reiteradamente, se depararam.

Atribuir estatuto epistemológico a essas situações que escapam às tomadas de decisão que são produzidas intencionalmente e em conformidade com a agenda de pesquisa previamente definida, torna-se uma vertente central e crítica do trabalho de pesquisa documental de fontes escritas, e uma forma de se procurar avançar no esclarecimento dos resultados das nossas investigações, produzindo um conhecimento mais humano – essas as principais preocupações, e

pretextos, para a escrita deste texto. Neste sentido, e de entre os muitos dilemas e impasses já vividos aquando da pesquisa documental, debruçámo-nos sobre a problematização do uso da idade como critério para identificar, selecionar e analisar os dados relevantes e para, com base nele, refletirmos acerca das classificações e designações usadas e em uso para descreverem e falarem acerca das crianças e da sua educação.

Retira-se da experiência de campo com a pesquisa documental acerca de fontes escritas diversas que a idade cronológica, embora constituindo um indicador recorrente quando procuramos trabalhar acerca das crianças, da infância e sua educação, não é uma categoria natural nem objetiva, nem um dado imediato da consciência universal. Pelo contrário, é um indicador que foi construído, valorizado e aperfeiçoado no decurso da vida social, devendo, por isso, o seu uso ser cauteloso e devidamente contextualizado. Daí que, não obstante a familiaridade social intelectualmente construída em torno da infância e das idades das crianças, quando o(a) investigador(a) procura localizar as crianças nas fontes documentais referidas, usando como indicador *a idade* para identificar os modos como aquelas mesmas fontes contribuíram e/ou contribuem para a (re) construção da infância, se depare com um conjunto de problemas ético-metodológicos. A sua consciencialização obriga a entrar em linha de conta com o estatuto epistemológico das próprias fontes bem como com os critérios usados para a sua identificação e seleção, isto é, a entendê-los enquanto produtos "fabricados" pela época e pelos atores que os produziram, e enquanto instrumentos cujo significado heurístico decorre da construção do objeto de investigação, sendo que esse depende das perguntas formuladas pelo investigador e das mútuas interpelações que se possam seguir, como aconteceu com a pesquisa da imprensa educativa e com a produção académica. Consequentemente, apesar das vantagens do(a) pesquisador(a) poder obter um grande volume de dados com relativa rapidez e sem estar presente no campo, ilibando-se da posição de poder influenciar os sujeitos que ge-

raram os documentos bem como a parcialidade desses – “os registos tendem a ser imparciais, pois os documentos são agrupados geralmente para outros fins” (Ahmed, 2010, p. 10) –, a análise documental é sempre limitada, à partida, pela (in) disponibilidade de material, pelos dados ausentes ou incompletos – mesmo quando se trata de uma pesquisa *online* –, pelas imprecisões nos vieses inerentes aos próprios dados. Daí que, qualquer pretensão em obter uma visão total de um determinado fenómeno social proporcionada por estudos do “estado da arte” seja uma empreitada condenada ao fracasso.

Não está em causa que os estudos do “estado da arte” assentes na pesquisa documental, quando disponibilizada a sua publicação, ajam como ferramentas úteis e mapas de síntese eficazes, por possibilitarem um retrato amplo e célere da realidade. Essa razão é, em si, suficiente para que se sustente a ideia de um reforço da presença de estudos do “estado da arte” acerca da infância e sua educação, nas suas múltiplas possibilidades de instigar à imaginação sociológica para descobrir e explorar fontes documentais menos previsíveis, inusitadas, e à reflexividade metodológica para levar mais longe o trabalho dos dados. Com a consciência do que se perde na objetivação realizada. E, com a consciência de ser necessário prosseguir na busca de camadas de sentido que permitam compreender a complexidade e a diversidade das condições de vida das crianças e a sua subjetividade no campo educativo.

Referências

- Abarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ahmed, J. (2010, Spring). Documentary research method: new dimensions. *Indus Journal of Management & Social Sciences*, 4(1), 1-14. Recuperado Mar 23, 2019, de <http://ideas.repec.org/s/iij/journl>.
- Atkinson, P., & Coffey, A. (1997). Analysing documentary realities. In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research: Theory, method and practice* (pp. 45–62). London: Sage.
- Bacelar, S. (s.d.). *Para uma sociologia da produção estatística: virtualidades duma leitura sintomática da informação estatística*. Recuperado Mar 20, 2019, de <https://www.ine.pt> > ngt_server > attachfileu
- Becchi, E., & Julia, D. (1998). *Histoire de l'enfance en occident. De l'antiquité au XVII siècle* (Tome 1). Paris: Seuil.
- Burman, E. (1994). *Deconstructing developmental psychology*. London: Routledge.
- CEU - EUROCHILD (2019). European Quality Framework as approved in the Council recommendation of Education Ministers in May 2019. Early Years Education and Care. Recuperado Mar 27, de <https://www.eurochild.org/policy/early-years-education-and-care/>
- Charlot, B. (2006, Janeiro/Abril). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 7-18. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31>.
- Chartier, R. (1990). As Práticas da escrita. In Ariès, P., Duby, G. (Dir.), *História da vida privada* (vol. III, pp. 112-167). Porto: Edições Afrontamento.
- Correia, J. A. (1998). *Para uma teoria crítica em educação*. Porto: Porto Editora.
- Convenção dos Direitos da Criança (1989). UNICEF. Recuperado Mar 27, de <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>
- Darraut-Harris, I., & Fontanille, J. (2008). *Les ages de la vie. Sémiotique de la culture et du temps*. Paris: Puf.
- Felipe, J., & Prestes, L. M. (2012). Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofiliação na contemporaneidade. IX ANPED Sul. Recuperado Mar 30, de <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anped-sul/ganpedsul/paper/viewFile/2538/820>
- Ferreira, M. (2000). *“Salvar os corpos, forjar a razão”: A construção médico-social e psico-pedagógica da infância em Portugal, 1880 – 1940*. Lisboa: IIE
- Ferreira, M., Rocha, C., & Neves, T. (2002). “O que as estatísticas nos ‘contam’ quando as crianças são contadas” ou... as crianças nas estatísticas oficiais e a infância como construção social (Portugal, 1875-1925). *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, 17, 33-66.
- Ferreira, M., & Sarmiento, M. (2008, Novembro). Subjetividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. *Revista Eletrônica de Educação*, 2(2), 60-91.
- Ferreira, M., & Rocha, C. (2012). Figures de l'enfance, des enfants et leur éducation dans la production universitaire portugaise (1995-2005): quelle est la contribution de la sociologie de l'enfance? - analyse critique. In L. Brabant & A. Turmel (Dir.), *Les figures de l'enfance d'hier à aujourd'hui: un regard sociologique* (pp. 205-222). Québec: Québec Presses Interuniversitaires (ISBN 978-2-89441-120-9)
- Ferreira, M., & Rocha, C. (2015). A sociologia da infância e os estudos sociais da infância em Portugal: emergência e desenvolvimento (1990-2012). In M. Reis & L. Ogg Gomes (Eds.), *Infância: Sociologia e Sociedade* (pp. 179-207). S. Paulo: Attar Editora (ISBN: 978-85-68285-00-8)
- Ferreira, M., & Rocha, C. (2016). *“As crianças, a infância e a educação na produção académica nacional, nas universidades públicas e privadas. Portugal, 1995-2005”*. Porto: FCT/Livpsi

Ferreira, M., & Tomás, C. (2017, Setembro/Dezembro). A Educação de infância em tempos de transição paradigmática: uma viagem por discursos políticos e práticas pedagógicas em Portugal. *Cadernos de Educação de Infância*, número especial, 112, 19-33.

Ferreira, M., & Tomás, C. (2018). "O pré-escolar faz a diferença?" Políticas educativas na educação de infância e práticas pedagógicas. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(2), 68-84. <https://doi.org/10.21814/rpe.14142>

Ferreira, N. S. (2002, Agosto). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, 33(79), 257-272. ISSN 0101-7330. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

Garnier, P. (2016). *Sociologie de l'école maternelle*. Paris: PUF.

Goody, J. (1987). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70.

Hendrick, H. (1997). *Children, childhood and the English society, 1880-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.

Huerre, P. (2000). *A adolescência não existe. História das tribulações de um artifício*. Lisboa: Terramar.

James, A. (2007). Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, 109(2), 261-272, ISSN 0002-7294 online ISSN 1548-1433.

Nóvoa, A. (Org.). (1993). *Imprensa de educação e ensino, repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: IIE-ME.

Postman, N. (1994). *The disappearance of childhood*. New York: Vintage Books.

Rocha, C., & Ferreira, M. (1994). Contributos para a construção médico-social da infância em Portugal - da transição do século XIX até aos anos 40. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, (2), 59-90

Rocha, C., & Ferreira, M. (2008). As crianças na escola e a reconstrução do seu ofício como alunos/as – análise da produção académica nacional (1995-2005): campos disciplinares, instituições e temáticas. Comparências, ausências e prelúdios. *Investigar em educação, Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, (nº 6/7), 15-126.

Rocha, C., & Ferreira, M. (2009). A saúde e os contributos (in)visíveis da família na produção académica nacional (1995-2005): campos disciplinares, instituições e temáticas. In M. E. Leandro, P. N. Sousa & V. T. R. Nossa (Orgs.). *Saúde e sociedade. Os contributos (in)visíveis da família* (pp. 107-130). Viseu: PsicoSoma

Rocha, E. A. C. (1999). *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia* (Tese de Doutorado). UNICAMP, Campinas, Brasil.

Rocha, E. A. C. (2002). "Infância e educação: delimitações de um campo de pesquisa". *Revista Educação, cultura e sociedade*, (17), 67-88.

Rocha, E. A. C., & Buss-Simão, M. (2013). Infância e educação: novos estudos e velhos dilemas da pesquisa educacional. *Educação e Pesquisa*, 39(4), 943-954. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000018>

Rocha, E. A. C., Lessa, J. S., & Buss-Simão, M. (2016). Pedagogia da infância: interlocuções disciplinares na pesquisa em educação. *Invest. Práticas*. [online], 6(1), 31-49. ISSN 2182-1372.

Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006, Setembro/Dezembro). As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, 6(19), 37-50.

Sacristan, G. (2003). *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed (2005)

Silva, L. R. F. (2008). Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* [online], 15(1), 155-168. ISSN 0104-5970. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100009>.

Silverman, D. (1993). *Interpreting qualitative data. Methods for analyzing talk, text and interaction*. London: Sage.

Turnel, A. (2008). *A historical sociology of childhood: developmental thinking, categorization and graphic visualization*. Cambridge: Cambridge University Press.

UNICEF (2018). *For every child. Strategic plan, 2018-2021. Executive summary*. Division of Communication 3 United Nations Plaza, New York, NY 10017, USA.

Vasconcelos, T. (2005). *Das casas de asilo ao projecto de cidadania: políticas de expansão da educação de infância em Portugal*. Porto: ASA.

Manuela Ferreira

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UP), Portugal; professora associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIE/FPCEUP), da Universidade do Porto, Portugal.

Cristina Rocha

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UP), Portugal; professora associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIE/FPCEUP), da Universidade do Porto, Portugal.

Endereço para correspondência

Manuela Ferreira; Cristina Rocha

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - FPCE

R. Francisco Allen

4200-135

Porto, Portugal